

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**Processo nº:** 21.870/2010**Origem:** Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal**Assunto:** Auditoria de Regularidade**Montante em exame:** R\$ 2.336.664,00

Ementa: Apreciação da regularidade das demonstrações financeiras e dos registros funcionais que dão suporte aos pagamentos de parcelas remuneratórias dos servidores ativos, lotados na Secretaria de Estado de Educação, bem como os reflexos da mudança de classe empreendida na forma do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, artigo 11 da Lei nº 3.318/2004 e artigo 3º da Lei nº 2.942/2002, e da regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007.

Regularidade com ressalva. Determinação à jurisdicionada.

Senhora Diretora,

Trata-se de auditoria de regularidade dos pagamentos efetuados aos servidores inativos e pensionistas, na forma do item I da Decisão nº 77/2007, adotada no Processo nº 24.185/2007, dos reflexos da mudança de classe empreendida na forma das Leis nºs. 4.075/2007, 3.318/2004 e 2.942/2002, bem como das parcelas remuneratórias dos servidores ativos lotados na Secretaria de Educação.

Esta auditoria consta do Plano Geral de Auditorias desta Corte para o exercício de 2010, cuja aprovação se deu mediante Decisão nº 10/2010, nos autos do Processo nº 26.616/2009.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
CORTE INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

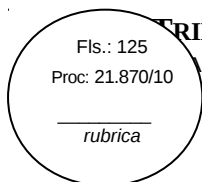
AUDITORIA DE REGULARIDADE

SECRETARIA DE ESTADO DE

EDUCAÇÃO - DF

Relatório

SUMÁRIO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

<u>LISTA DE SIGLAS.....</u>	<u>101</u>
<u>RESUMO.....</u>	<u>103</u>
<u>1. INTRODUÇÃO.....</u>	<u>104</u>
<u>0.1 APRESENTAÇÃO.....</u>	<u>104</u>
<u>0.2 OBJETO DA AUDITORIA.....</u>	<u>104</u>
<u>0.3 CONTEXTUALIZAÇÃO</u>	<u>104</u>
<u>0.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA.....</u>	<u>104</u>
<u>1.4.1 OBJETIVO GERAL.....</u>	<u>104</u>
<u>1.1.2Objetivos Específicos – questões de auditoria.....</u>	<u>104</u>
<u>0.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME.....</u>	<u>105</u>
<u>0.6 METODOLOGIA.....</u>	<u>105</u>
<u>0.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA.....</u>	<u>106</u>
<u>2. RESULTADO DA AUDITORIA.....</u>	<u>106</u>
<u>2.2.1.2 Causas e Efeitos.....</u>	<u>120</u>
<u>2.2.1.3 Proposições.....</u>	<u>120</u>
<u>2.3.1 Achados de Auditoria</u>	<u>122</u>
<u>3. CONCLUSÃO.....</u>	<u>133</u>
<u>4. PROPOSIÇÕES.....</u>	<u>134</u>

LISTA DE SIGLAS

ATS – Adicional por Tempo de Serviço
APC – Apelação Cível
CNE – Cargo de Natureza Especial
DF – Distrito Federal
DTC – Demonstrativo de Tempo de Contribuição
EC – Emenda Constitucional
DODF – Diário Oficial do Distrito Federal



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

FEDF – Fundação Educacional do Distrito Federal

GAEE – Gratificação de Atividade de Ensino Especial

GAZR – Gratificação de Atividade em Zona Rural

GDF – Governo do Distrito Federal

GT – Gratificação de Titularidade

LC – Lei Complementar

LODF – Lei Orgânica do Distrito Federal

SEDF – Secretaria de Estado de Educação do DF

SIGRH – Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos

TCDF – Tribunal de Contas do Distrito Federal

TJDFT – Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios

PECMP – Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do DF

PROPES – Procuradoria de Pessoal da PGDF

PGDF – Procuradoria Geral do Distrito Federal

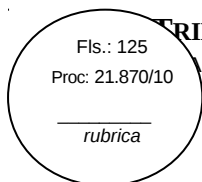
QA – Questão de Auditoria



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

RESUMO

A presente auditoria teve como objeto a Gestão de Recursos Humanos, analisada sob a ótica da regularidade dos aspectos financeiros e do processamento e gerenciamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal frente à legislação de regência. O objetivo geral foi emitir parecer conclusivo sobre a regularidade dos pagamentos de pessoal ativo, proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais, bem como os reflexos da mudança de classe empreendida na forma do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, do artigo 11 da 3.318/2004 e do artigo 3º, da Lei nº 2.942/2002. Ao fim, verificou-se a regularidade, com ressalva, dos pagamentos empreendidos na forma da Decisão 77/2007, e a necessidade de regularizar a situação dos professores alcançados pelos efeitos da Decisão nº 2.616/2010, e possível declaração de incompatibilidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007 com a Constituição Federal, no julgamento de mérito da ADI nº 2010.00.2.010603-7.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

1. INTRODUÇÃO

0.1 APRESENTAÇÃO

A presente auditoria de regularidade consta do Plano Geral de Auditorias desta Corte para o exercício de 2010, cuja aprovação se deu mediante Decisão nº 10/2010, nos autos do Processo nº 26.616/2009, cujos trabalhos foram desenvolvidos no período de 04 de agosto a 17 de setembro do corrente ano.

0.2 OBJETO DA AUDITORIA

2. O objeto do presente trabalho consiste na verificação da folha de pagamento de pessoal ativo, inativo e pensionistas da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

0.3 CONTEXTUALIZAÇÃO

3. A Secretaria de Estado de Educação, atualmente com sede no anexo do Palácio do Buriti, tem como missão atuar de forma eficiente e eficaz, oferecendo educação de qualidade a toda população do Distrito Federal, articulando ações que se consubstanciem na formação de cidadão, ético, crítico, com valores humanísticos e na construção de saberes voltados para o conhecimento técnico-científico, ecológico e artístico.

0.4 OBJETIVOS DA AUDITORIA

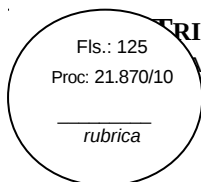
1.4.1 OBJETIVO GERAL

4. O objetivo geral da Auditoria se restringe a emitir parecer conclusivo sobre a regularidade dos pagamentos de pessoal ativo, proventos de aposentadorias e estipêndios pensionais, dentro do contexto definido na fase de planejamento dos trabalhos, conforme desfecho do Plano de Auditoria, consignado no relatório de levantamento preliminar de auditoria.

1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS – QUESTÕES DE AUDITORIA

5. Para atingir o objetivo geral da Auditoria, foram definidos objetivos específicos retratados nas seguintes Questões de Auditoria (QA's):

QA 1: A Secretaria de Educação do DF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos de concessões julgadas "legais, com recomendação posterior" e nos casos de concessões julgadas "ilegais"?

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

QA 2: Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/07-TCDF, adotada no Processo nº 24.185/07-TCDF, encontram-se regulares?

QA 3: A Secretaria de Educação observou os reflexos da Decisão nº 2.616/2010, proferida nos autos do Processo nº 12.895/2009, que declarou a incompatibilidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007 com a Constituição Federal?

0.5 ESCOPO OU ALCANCE DO EXAME

6 O escopo da Auditoria, quanto ao período em exame, compreende o lapso temporal de 13 de junho de 2009 a 10 de setembro de 2010. Quanto à abrangência, o escopo dos trabalhos fiscalizatórios se restringiram à SUGPE – Subsecretaria de Gestão dos Profissionais da Educação, representada pela Gerência de Aposentadorias e Pensões e Gerência de Pagamento e Recursos Humanos - haja vista serem os setores responsáveis, respectivamente, pela manutenção de aposentadorias e pensões e pelo acompanhamento e manutenção da folha de pagamento mediante sistema informatizado (SIGRH).

0.6 METODOLOGIA

7. As estratégias metodológicas adotadas foram, basicamente:

- Exame de decisões em confronto com as respectivas providências necessárias à regularização dos feitos;
- Pesquisas no Sistema Único de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH;
- Pesquisa no Sistema de Protocolo e Acompanhamento Processual deste Tribunal;
- Confrontação dos atos com a legislação aplicável;
- Conferência de memórias de cálculos;
- Amostragem.

8. Inicialmente, foram solicitados os dados necessários para resposta às questões elaboradas neste procedimento fiscalizatório, seguido de entrevista aos gestores responsáveis pelos setores envolvidos, com objetivo de melhor entendimento dos dados fornecidos e análise frente à legislação aplicável ao tema, decisões desta Corte e definição de entendimentos acerca dos normativos em vigência para, enfim, definição de proposições.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO

SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

0.7 CRITÉRIOS DE AUDITORIA

9. A legislação pertinente ao tema: Constituição Federal, Lei Orgânica do DF, Leis Distritais, além de Decisões do TCDF, foram as fontes de definição de critérios utilizados na Auditoria.

2. RESULTADO DA AUDITORIA

10. As Notas de Auditorias nºs 01 a 05 (fls. 20/34) objetivaram trazer respostas às Questões de Auditoria (QA's) formuladas no parágrafo nº 5, constantes da Matriz de Planejamento (fls. 14/16) elaborada na fase de planejamento da presente fiscalização.

2.1 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 01

A Secretaria de Educação do DF tem cumprido as determinações do e. Plenário nos casos de concessões julgadas "legais, com recomendação posterior" e nos casos de concessões julgadas "ilegais"?

2.1.1 Achados de Auditoria

A Secretaria de Educação do DF não observou, *in totum*, as recomendações do e. Plenário nos casos de legalidade com recomendação posterior e ilegalidades.

2.1.1.1 Análises e Evidências

11. Em resposta à NA nº 003 (fls. 27/29), no que diz respeito ao atendimento das recomendações posteriores desta Corte de Contas prolatadas nos processos de aposentadorias e pensões submetidos à análise de mérito quanto à legalidade, para fins de registro, a jurisdicionada disponibilizou os processos abaixo relacionados, com a adoção das devidas providências:

Fls.: 125
Proc: 21.870/10

rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTIA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Quadro I - Correções posteriores - NA 003/ 21.870 - 2010-TCDF.

	Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
1	17663/ 2008	80007569/ 2007	372/ 2009	Arnaldo Rocha Mundim
2	3895/ 1993	82001432/ 1993	588/ 2009	Cândido de Miranda Soares
3	30627/ 2008	80027008/ 2007	2206/ 2009	Eufrosina Alves dos Santos
4	12365/ 2007	80002118/ 2002	6772/ 2009	José Miguel
5	3613/ 1994	82018621/ 1993	6696/ 2008	José Rômulo Ozório
6	2118/ 2003	82017451/ 1998	2506/ 2010	Maria Célia de Souza Ferraz
7	2453/ 2004	80017527/ 2001	483/ 2009	Maria de Lourdes Rodrigues Amorim
8	24163/ 2008	80001741/ 2005	1073/ 2009	Maria Delcídes Ramos de Lima
9	32728/ 2006	80006807/ 2005	2302/ 2009 (*)	Maria Rosa de Souza
10	18003/ 2005	80013727/ 2002	1462/ 2009	Marlei de Sousa Cezário
11	1600/ 1999	82006598/ 1998	1458/ 2009	Mozart Cezário Filho
12	269/ 1996	82008708/ 1995	2570/ 2010	Ozailde Pereira Cardoso dos Santos
13	3663/ 1995	82028624/ 1994	2215/ 2009	Valdir Bortoluzzi
14	569/ 1994	82012856/ 1992	2392/ 2010	Wedner Moreira Cavalcante
15	4179/ 2006	80031256/ 2004	1251/ 2009	Maria da Conceição Oliveira D. Souza

(*) A Decisão nº 2302/2009 foi cumprida, entretanto, o ato de revisão deverá ser submetido ao Tribunal para fins de apreciação.

12. A documentação referente ao atendimento das recomendações feitas pelo Tribunal, mediante cópias extraídas dos respectivos autos, encontram-se arquivadas em pasta corrente nesta Divisão de Fiscalização de Pessoal.

13. O processo a seguir relacionado não foi disponibilizado para verificação:

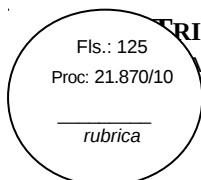
Quadro II - Correções posteriores - NA 003/ 21.870 - 2010-TCDF.

Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
3946/ 2006	80004012/ 2004	1668/ 2010	Luiz Felipe Barbosa Xavier

14. Quanto aos processos abaixo relacionados, verificou-se a existência de pendências, que serão objeto de proposições para o definitivo saneamento das falhas detectadas:

Quadro III - Correções posteriores - NA 003/21.870 - 2010-TCDF.

Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
34083/2007	80002574/2005	1601/2008	Ana Beatriz da Costa Rocha
11720/2006	80006950/2002	380/2010	Benedito Afonso de Freitas Falcão
3159/1997	82006462/1997	4553/2008	Heloísa Lins Martins e outros
3243/1988	30006419/1985	1965/2009	Maria Beli Bressan de Oliveira
3149/1988 4705/1992	030.012.469/88 82005146/1992	326/2010 327/2010	Roberto José da Rocha


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
 SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

9553/2006	80001155/2003	5611/2009	Maria do Socorro Galdino Rodrigues
1871/1993	82015891/1992	5138/2009	Záira de Azevedo Ramos da Silva

15. Ressalte-se que, em resposta à NA nº 003 (fls. 27/29), no que diz respeito ao atendimento das recomendações desta Corte de Contas prolatadas nos processos de aposentadorias e pensões consideradas ilegais, com negativa de registro, a jurisdicionada disponibilizou os processos abaixo relacionados:

Quadro IV - Ilegalidades - NA 003/21.870 - 2010-TCDF				
Processo TCDF	Decisão TCDF	Interessado	Processo GDF	Tipo concessão
1117/1999	770/2009	Maria das Graças Fernandez Alt Faria	82009268/1993	APOSEN
41048/2005	6795/2009	Lourenço Pereira da Silva	80001990/2003	COMPL PENCIV

16. Quanto ao servidor **Lourenço Pereira da Silva** (Processo TCDF nº 41.048/2005), verificou-se que o mesmo não compareceu à Secretaria de Estado de Educação para comprovar a condição de viúvo inválido da ex-empregada Maria Neusa de Oliveira, matrícula nº 85.060-8, à luz do art. 5º, inc. I, alínea "b", da Lei nº 3.373/58, apesar das várias notificações encaminhadas por telegrama pela jurisdicionada (fls. 92/98 do Proc. nº 080.001.990/2003). Posto isso, foi tornado sem efeito o ato que concedeu a complementação de pensão vitalícia ao referido beneficiário (Portaria Coletiva nº 168, de 30/06/2003, DODF de 1º /07/2003), conforme ato publicado no DODF de 10/02/2010 (fls. 105/107 do Proc. nº 080.001.990/2003). Ademais, o beneficiário da pensão foi excluído da folha de pagamento da SEDF, a partir de abril/2009, consoante demonstrativos extraídos do SIGRH (fls. 82/83). Dessa forma, pode-se considerar cumprida a Decisão TCDF nº 6.795/2009.

17. Quanto à servidora **Maria das Graças Fernandez Alt Faria** (Processo TCDF nº 1.117/99), verificou-se que a Secretaria de Estado de Educação, em cumprimento à Decisão nº 770/2009, que considerou ilegal a aposentadoria da servidora por ausência de requisito temporal, publicou portaria, no DODF de 24/07/2009, tornando sem efeito os atos que concedeu e retificou a aposentadoria da servidora no cargo de Professor.

18. Ressalte-se, entretanto, que não consta que a servidora tenha retornado à atividade, tampouco houve suspensão dos proventos, consoante demonstrativo de pagamento extraído do SIGRH, referente ao mês 08/2010 (fl. 40).

19. A servidora, ao ser informada da necessidade de retornar aos quadros da SEDF, a fim de completar o tempo necessário para sua aposentadoria, ingressou, por intermédio de seu representante legal, com o requerimento de fls. 298/303 (cópias às fls. 44/50), onde pleiteia que seja cumprida a decisão transitada em julgado no âmbito do Judiciário local, sob alegação de que o TJDF considerou o tempo de afastamento da servidora (01/01/80 a 26/07/85) para fins de aposentadoria. Para tanto juntou cópias de fls. 304/305 e 323 (cópias às fls. 51/53), que tratam do

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

acórdão prolatado nos autos da Apelação Cível nº 2001.01.1.065784-3, transitado em julgado em 12/04/2004.

20. A Assessoria Jurídico-Legislativa da SEDF encaminhou o requerimento da servidora à Procuradoria-Geral do DF para análise, e foi prolatado o Parecer nº 2092/2009 – PROPEs –PGDF, da lavra do ilustre Procurador Bruno Augusto Dantas Tavares (fls. 63/71), que concluiu:

“Face ao exposto, com base em decisão judicial transitada em julgado, deve ser computado o tempo de serviço compreendido entre a demissão e a readmissão da interessada por meio do referido Acordo Coletivo, razão pela qual ela tem tempo suficiente para se aposentar. Nestes termos, a decisão judicial torna inviável a aplicação integral das Decisões n. 3624/2000 e 2281/2007, ambas do TCDF.”

21. Submetido à apreciação do ilustre Procurador-Chefe da Procuradoria de Pessoal (fls. 72/74), o parecer foi endossado, com o acréscimo de que *“deve a Secretaria de Estado de Educação respeitar a coisa julgada, dentro de seus limites, bem como as recentes decisões do TCDF, nos pontos que não contrariem a decisão judicial que favorece a servidora, elaborando nova certidão de tempo de serviço bem como novo cálculo dos proventos, enviando, em seguida, os autos à Corte de Contas, para fim de análise do registro da Aposentadoria.”*

22. O Procurador-Geral Adjunto do Distrito Federal Substituto, Dr. Leonardo Antônio de Sanches, aprovou o Parecer nº 2.092/2009 – PROPEs/PGDF, com os acréscimos do ilustre Procurador-Chefe da Procuradoria de Pessoal, e restituiu os autos à Secretaria de Educação do DF, para conhecimento e adoção de providências pertinentes (fl. 75).

23. De fato, a ementa constante do *Mandamus* (fls. 51/52), em seu item 3 assim dispôs:

“3- O tempo de afastamento da servidora não pode ser computado apenas para os efeitos da aposentadoria. Impõe-se que produza efeitos também para o enquadramento da carreira.”

24. Desta feita, o Parecer da PGDF encontrou amparo, em tais dizeres, posto que o fato de não poder ser computado apenas para efeitos de aposentadoria, pressupõe que: além de ser computado para fins de aposentadoria, seja computado para outro fim, que, no presente caso, refere-se ao enquadramento na carreira, na forma requerida pela servidora, com decisão transitada em julgado.

25. Assim, entende esta Unidade Técnica que a jurisdicionada deverá adotar as providências necessárias para recontagem do tempo de contribuição, com as devidas deduções legais, de forma a restabelecer a concessão da aposentadoria, após verificada a suficiência de requisito temporal. Finalizadas as providências, os


TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

 CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
 SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

autos deverão ser encaminhados ao Tribunal para apreciação da legalidade do ato para fins de registro.

26. Os processos a seguir relacionados não foram disponibilizados para verificação:

Quadro V - Ilegalidades - NA 003/ 21.870 - 2010-TCDF				
Processo TCDF	Decisão TCDF	Interessado	Processo GDF	Tipo concessão
25157/ 2007	3534/ 2009	Maria da Conceição Costa Rabelo	80011013/ 2005	APOSEN
3674/ 2007	7734/ 2009	Rosilene Rodrigues Pereira	80000512/ 2006	PENCIV

2.1.1.2 Causas e Efeitos

27. Do cotejo dos itens de verificação definidos na Matriz de Planejamento com os critérios de auditoria adotados pela equipe, verifica-se que a causa principal da divergência detectada se restringe à inobservância de determinação expressa desta Corte de Contas constante das referidas decisões.

28. A equipe de auditoria concluiu que o efeito de tais achados, no presente caso, se reflete tanto na formalização do processo de concessão, quanto nos reflexos financeiros, bem como restou evidente o retrabalho no âmbito do setor responsável pelo cumprimento das decisões emanadas do Tribunal de Contas.

2.1.1.3 Proposições

29. Sugere-se ao e. Tribunal ter por cumpridas as decisões com recomendação posterior constantes do Quadro I (fl. 107) e a Decisão nº 6.795/2009, que trata da ilegalidade do complemento de pensão do Sr. Lourenço Pereira da Silva, constante do Quadro IV (fl. 108), tomar conhecimento do trâmite da Ação de Rito Ordinário nº 2009.01.1.035632-2, do trânsito em julgado do AGI nº 2009.00.2.004289-9, consoante noticiam os documentos de fls. 53/62 do Proc. GDF nº 82.001 996/1998 (cópias às fls. 84/93), bem como determinar/recomendar à Secretaria de Educação do DF a adoção das seguintes providências:

- **Roberto José da Rocha** (Processos TCDF nºs. 3.149/88 e 4.705/92): proceder ao cumprimento do inteiro teor da Decisão nº 326/2010 (Proc. GDF nº 030.012.469/88), bem como a alínea “b” da Decisão nº 327/2010, a fim de elaborar abono provisório da revisão de proventos, com data de 24.11.2005, em substituição ao de fl. 269 (Proc. GDF nº 082.005.146/92);
- **Benedito Afonso de Freitas Falcão** (Processo TCDF nº 11.720/2006): manter o acompanhamento da tramitação do Processo nº 2009.01.1.035632-2, informando esta Corte de Contas do seu desfecho



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

e das providências adotadas, após o que a concessão em exame deve ser encaminhada a este Tribunal para apreciação;

- **Maria Rosa de Souza** (Processo TCDF nº 32.728/2006): submeter à apreciação do TCDF o ato de revisão de proventos do ex-servidor, instituidor da pensão, José Liberato de Souza, publicado no DODF de 24/07/2009 (Proc. GDF nº 082.014.852/97), juntamente com o Proc. GDF nº 080.006.807/2005, para análise da integralização dos proventos pelo artigo 190 e dos reflexos da revisão no benefício pensional concedido à interessada;
- **Maria Beli Bressan de Oliveira** (Proc. TCDF nº 3.243/88): reiterar o item II da Decisão nº 1.965/2009, haja vista que a inexistência de fichas financeiras lançadas no SIGRH (em período anterior à sua implantação), não tem o condão de justificar o não cumprimento do decisum, na forma pugnada pelo Núcleo de Pagamento (cópias às fls. 76/81);
- **Záira Azevedo Ramos da Silva** (Proc. TCDF nº 1.871/93): reiterar o item III da Decisão nº 5.138/2009, de forma a promover o total cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível nº 2002.01.1.008972-6 – TJDF, bem como apresentar circunstanciadas justificativas para o não atendimento da decisão proferida no âmbito do Judiciário;
- **Ana Beatriz da Costa Rocha** (Proc. TCDF nº 34.083/2007): reiterar o item II. a.2 da Decisão nº 1.601/2008, no sentido de ajustar os estipêndios da pensão aos termos da Decisão nº 5.859/2008, proferida no Processo nº 26.930/2006, após confirmação de que a instituidora da pensão se enquadra nas exceções constantes do item 4.2.2.2, alínea “b”, que trata dos critérios de reajuste da pensão, de modo a retificar o ato concessório, a fim de excluir o § 8º do artigo 40 da CRFB e o artigo 15 da Lei nº 10.887/2004 e incluir o artigo 7º da EC nº 41/2003, c/c o parágrafo único do artigo 3º da EC nº 47/2005, atentando para os reflexos no SIGRH;
- **Maria do Socorro Galdino Rodrigues** (Proc. TCDF nº 9.553/2006): reiterar, em parte, o item II, alíneas “a” e “b”, da Decisão 5.611/2009, a fim de elaborar nova planilha de apuração da Gratificação de Regência de Classe - GRC incorporada, em substituição à de fl. 74 do Proc. GDF nº 080.001.155/2003, para corrigir o total de tempo de exercício em cargos em comissão para 3.357 dias e não descontar os 59 dias de licenças médicas, uma vez que foram usufruídas nos períodos de exercício de cargos comissionados e já excluídos da contagem para fins de GRC; bem como confeccionar Abono Provisório, em substituição ao de fl. 114 do Proc. GDF nº 080.001.155/2003, observando a Decisão Normativa nº 02/93-TCDF, para corrigir o percentual da Gratificação de Regência de Classe - GRC incorporada para 3,6%, atentando, ainda, para os reflexos no SIGRH;
- **Maria das Graças Alt Faria** (Proc. TCDF nº 1.117/99): adotar as providências necessárias para recontagem do tempo de contribuição,



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

considerando o lapso temporal compreendido entre a demissão e a readmissão da interessada (01/01/80 a 26/07/85), com as devidas deduções legais, de forma a restabelecer a concessão de aposentadoria, após verificada a suficiência de requisito temporal. Finalizadas as providências, os autos deverão ser encaminhados ao TCDF para apreciação da legalidade do ato para fins de registro;

- **Heloísa Lins Martins** (Proc. TCDF nº 3.159/97): reiterar o item III, alínea “b”, da Decisão nº 4.553/2008 à luz do disposto na Decisão nº 6.054/2007, proferida nos autos do Processo nº 5.354/94, que consolidou o entendimento constante das Decisões nºs 5.927/2006, 2.204/2007 e 2.571/2007, quanto à incorporação de vantagens com base no exercício de cargos/funções nas empresas públicas e/ou sociedades de economia mista do Distrito Federal; bem como substituir o abono de fl. 54 do Proc. GDF nº 082.005.731/95, observando os reflexos dos quintos incorporados; por conseguinte, elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 69 (Proc. GDF nº 082.006.462/97);
- observar, quanto à incorporação de vantagens com base no exercício de cargos/funções nas empresas públicas e/ou sociedades de economia mista do Distrito Federal, o disposto na Decisão nº 6.054/2007, proferida nos autos do Processo nº 5.354/94, que consolidou o entendimento constante das Decisões nºs 5.927/2006, 2.204/2007 e 2.571/2007;
- disponibilizar os processos relacionados nos Quadros II e V (fls. 107 e 110) para verificação do cumprimento das decisões em futura auditoria.

2.2 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 02

Os aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007-TCDF, adotada no Processo nº 24.185/07-TCDF, encontram-se regulares?

2.2.1 Achados de Auditoria

Os aspectos financeiros das concessões apreciadas pelo Tribunal, à luz da Decisão nº 77/2007, não correspondem, *in totum*, às disposições legais que regem a estrutura remuneratória das carreiras Magistério e Assistência à Educação, bem como não foram observadas decisões proferidas pelo TCDF acerca da matéria.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

2.2.1.1 Análises e Evidências

30. Em resposta à NA nº 002/2010 (fls. 25/26), referente às concessões apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007, quanto aos aspectos financeiros das concessões consideradas legais pelo Tribunal, para fins de registro, a jurisdicionada disponibilizou os processos relacionados em seguida, onde se constatou a regularidade das parcelas remuneratórias constantes dos respectivos abonos provisórios e títulos de pensão:

Quadro VI - Decisão 77/ 2007 - NA 002/ 21.870 - 2010-TCDF.				
	Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
1	11673/ 2008	82015017/ 1996	4257/ 2008	ALBA LUGEMAGALHÃESBRUM SALDANHA
2	2242/ 1993	82012673/ 1992	737/ 2008	ANA MARIA DE OLIVEIRA JACOBINO
3	41438/ 2007	80001737/ 2007	7731/ 2008	ANTÔNIO ALVESFERREIRA
4	15211/ 2006	82006975/ 1998	982/ 2008	DIRCE GLORIA DE ALMEIDA ANDRADE
5	24702/ 2009	80011721/ 2005	432/ 2010	ERLÂNDIA CRUZ GEBRIM
6	36413/ 2006	80002635/ 2001	1551/ 2008	HERMILYNUNESBONFIM
7	11822/ 2007	80030454/ 2003	2358/ 2009	ICLEMAR FERNANDES BATISTA
8	13650/ 2008	80000521/ 2007	3535/ 2009	JOSÉ VALDEMES CARNEIRO BRITO
9	4077/ 2007	80010923/ 2004	2304/ 2009	LINO COSTA CASTRO
10	25968/ 2008	80006534/ 2006	8444/ 2008	MARIA HELENA BORGES DA SILVA
11	40372/ 2006	80001315/ 2004	2906/ 2008	MARIA JOSÉ ALVES DA ROCHA
12	34670/ 2005	82012466/ 1999	7025/ 2009	VANUSIA DE CARVALHO BARBOSA
13	16730/ 2006	80000352/ 2003	3091/ 2008	WILMA GARRIDO DE OLIVEIRA

31. Os processos a seguir relacionados não foram disponibilizados para verificação:

Quadro VII - Decisão 77/ 2007 - NA 002/ 21.870 - 2010-TCDF.				
	Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
1	37708/ 2007	80000747/ 2007	ORD 2910/ 2010	FRANCISCA ROSA ALVES DA CRUZ
2	25046/ 2008	80000740/ 2002	ORD 745/ 2009	HAROLDO DE OLIVEIRA SOARES
3	9835/ 2009	80000931/ 2005	ORD 7313/ 2009	JOAQUIM CLEMENTE NETO
4	37014/ 2009	80002491/ 2005	ORD 3789/ 2010	VERA LUCIA DE SOUZA DIAS

32. Quanto aos processos seguintes, verificou-se a existência de pendências, que serão objeto de proposições para o definitivo saneamento das falhas detectadas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
 SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Quadro VIII - Decisão 77/ 2007 - NA 002/ 21.870 - 2010-TCDF

Processo TCDF	Processo GDF	Decisão TCDF	Interessado
1 30559/ 2009	80009583/ 2004		ELIZAIDE SANTOS DE SOUZA RAMOS
2 16195/ 2008	80023513/ 2007	162/ 2009	FRANCLINA COSTA DE SOUSA
3 23043/ 2008	80031328/ 2007	840/ 2009	JOSÉ VELOSO DOS SANTOS
4 2164/ 2009	80022437/ 2003	6575/ 2009	LINDALVA ALVES DA SILVA ROSA
5 1651/ 2010	80008463/ 2007	1733/ 2010	M ^a APARECIDA DIAS DOSS. ANDRADE
6 22764/ 2008	80019569/ 2003	2962/ 2010	MANOEL VICENTE PEREIRA
7 26639/ 2006	80029114/ 2003	2712/ 2009	MARIA APARECIDA DE ARAUJO
8 13819/ 2010	80001492/ 2007	3553/ 2010	MARIA APARECIDA ISMENIA DE SOUZA
9 1813/ 2010	80002162/ 2008	1900/ 2010	RAIMUNDA SILVA DA PIEDADE
10 17374/ 2009	80009398/ 2007	7747/ 2009	THADEU DANTAS PIMENTEL

33. A auditoria dos processos e registros funcionais das concessões apreciadas à luz do item I da Decisão nº 77/2007-TCDF consistiu em analisar a regularidade dos aspectos financeiros iniciais (abono provisório e/ou título de pensão), cotejando se as rubricas e os valores lá fixados guardavam consonância com a carreira, cargo, classificação funcional, modalidade de aposentadoria ou pensão e estrutura remuneratória vigente quando da concessão.

34. Cotejando o abono provisório/título de pensão com os dados processuais, verificou-se que a jurisdicionada observou os normativos legais envolvidos na sistemática de pagamento dos interessados quando da inativação e da instituição da pensão, haja vista a regularidade das informações constantes do abono provisório/título de pensão, que refletem a situação dos servidores e beneficiário de pensão à época das referidas concessões.

35. No que se refere à verificação de melhorias posteriores, a equipe constatou que as alterações promovidas nos aspectos financeiros atuais dos proventos ou estipêndios pensionais, constantes do sistema SIGRH, decorreram de mudanças na legislação que estrutura os vencimentos da carreira Magistério e Assistência à Educação, em especial as Leis nºs. 4.075/2007 e 4.458/2009.

36. Merece destaque a forma de cálculo utilizada para os servidores da Carreira Assistência à Educação, da Gratificação de Ensino Especial - **GAEE** e da Gratificação de Atividade em Zona Rural - **GAZR**, nos termos da Lei nº 4.075/2007.

37. Ressalte-se que a base de cálculo para Gratificação de Atividade de Ensino Especial – **GAEE** era definida na Lei nº 540/93, sob denominação de **GATE**, nos seguintes termos:

“Art. 1º Fica criada a Gratificação de Ensino Especial – GATE destinada aos servidores das Carreiras Magistério Público e Assistência à Educação da Fundação Educacional do Distrito Federal que atendam a alunos portadores de necessidades



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ART. 1.ª - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL
 ART. 2.ª - COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

educativas ou situação de risco e vulnerabilidade, em unidades especializadas de ensino da rede pública ou conveniadas.

...

Art. 2º A Gratificação de que trata esta Lei será paga no percentual de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento mensal correspondente à carga horária, bem como do nível, classe e padrão em que o servidor estiver posicionado, observado o disposto no art. 15 da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989."

38. No que diz respeito a Gratificação por Exercício em Zona Rural – GAZR, a base de cálculo e percentual eram definidos na Lei nº 299/92, que reestruturou a Carreira Assistência à Educação, *in verbis*:

Art. 8º É extensiva aos integrantes da Carreira de que trata esta Lei a Gratificação por Exercício em Escola Rural a que se refere o inciso III do art. 14 da Lei nº 66, de 18 de dezembro de 1989.

Parágrafo único. Nessa hipótese, a Gratificação será calculada em 30% (trinta por cento) sobre o vencimento do padrão em que o servidor estiver posicionado.

39. Verifica-se que o percentual dessa gratificação foi mantido pela Lei nº 3.319/2004, que também dispõe sobre a Carreira Assistência Social, senão vejamos:

"Art. 19. Os vencimentos dos cargos da carreira Assistência à Educação do Distrito Federal são compostos das seguintes parcelas:

I – vencimento básico, a que se refere o Anexo II desta Lei, observadas as datas de vigência ali estabelecidas;

...

III – Gratificação de Ensino Especial, criada pela Lei nº 540, de 24 de setembro de 1993;

IV – Gratificação por Exercício em Zona Rural, de que trata a Lei nº 299, de 6 de agosto de 1992, para o servidor que atue em escolas situadas na zona rural do Distrito Federal, calculada à base de 30% (trinta por cento);"

40. Entretanto, a Lei nº 4.075/2007, que dispõe sobre a reestruturação da Carreira Magistério Público do DF, definiu a base de cálculo e o percentual da GAEE e da GAZR, bem como trouxe dispositivos que estenderam tais gratificações aos servidores da Carreira Assistência à Educação, *in verbis*:

"Art. 21. Os vencimentos dos cargos de Professor de Educação Básica e de Especialista de Educação da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, bem como os dos integrantes do PECMP, serão compostos das seguintes parcelas:

...

IV – Gratificação de Atividade de Ensino Especial – GAEE, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou do PECMP;

V – Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, a ser calculada no percentual de 15% (quinze por cento) sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou do PECMP;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
 SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

...

§ 3º A Gratificação de Atividade de Ensino Especial, de que trata o inciso IV do caput deste artigo, observará as seguintes condições:

I – será concedida aos ocupantes da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, aos integrantes do PECMP e aos servidores da Carreira de Assistência à Educação que atendam exclusivamente a alunos portadores de necessidades educativas ou em situações de risco e vulnerabilidade, em exercício nas unidades especializadas da rede pública de ensino do Distrito Federal ou nas instituições conveniadas;

...

V – o servidor que deixar de desempenhar a atividade prevista nos incisos I, II e III deste parágrafo terá direito a incorporar à remuneração do cargo efetivo, na razão relativamente proporcional de seu valor, o percentual de 0,6% (seis décimos por cento) por ano de efetivo exercício de Atividade de Ensino Especial, até o limite de 15% (quinze por cento); (Inciso com a redação da Lei nº 4.458, de 23/12/2009.)

VI – a GAEE será concedida também ao servidor aposentado ou que vier a se aposentar na Carreira Magistério Público do Distrito Federal, aos integrantes do PECMP e ao servidor da Carreira de Assistência à Educação, bem como aos beneficiários de pensão concedida anteriormente à vigência desta Lei, observado, individualmente, o fundamento legal que amparou a concessão;

...

§ 4º A Gratificação de Atividade em Zona Rural, de que trata o inciso V do caput deste artigo, observará as seguintes condições:

I – será concedida aos servidores da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, aos integrantes do PECMP e aos servidores da Carreira Assistência à Educação que estejam em efetivo exercício em instituições educacionais situadas na zona rural do Distrito Federal;

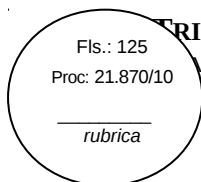
II – o servidor que deixar de desempenhar a atividade prevista no inciso I deste parágrafo terá direito à incorporação à remuneração do cargo efetivo, na razão relativamente proporcional de seu valor, do percentual de 0,6% (seis décimos por cento) por ano de efetivo exercício de Atividade em Zona Rural, até o limite de 15% (quinze por cento);

...

IV – o disposto no inciso II aplica-se aos servidores aposentados ou que vierem a se aposentar no cargo de Especialista de Educação Básica ou Especialista **em** Educação que compõem o PECMP e aos beneficiários de pensão concedida anteriormente à vigência desta Lei, observado, individualmente, o fundamento legal que amparou a concessão.”

41. Convém ressaltar que a Secretaria de Educação, no que se refere às gratificações em questão, passou aplicar os dispositivos da Lei 4.075/2007 aos servidores da Carreira Assistência à Educação, em detrimento aos dispositivos das Leis nº 540/93 e 3.319/2004, haja vista a revogação expressa da Lei nº 540/93 e a revogação implícita dos incisos III e IV do artigo 19 da Lei nº 3.319/2004 pela expressão “*revogação das disposições em contrário*”, na redação do artigo 35 da Lei nº 4.075/2007, *in verbis*:

“Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as Leis nºs 3.347, de 27 de maio de 2004; 202, de 9 de dezembro de 1991; 356, de 20 de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
 SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

novembro de 1992; 540, de 21 de setembro de 1993; 654, de 21 de janeiro de 1994; 696, de 15 de abril de 1994; 2.707, de 4 de maio de 2001; 3.318, de 11 de fevereiro de 2004; 3.993, de 20 de junho de 2007, e o art. 12 da Lei nº 3.881, de 30 de junho de 2006.”

42. Quanto à extensão da Gratificação de Atividade Rural – GAZR aos Professores e servidores da Carreira Assistência à Educação aposentados e beneficiários de pensão, apesar de o inciso IV do § 4º da Lei nº 4.075/2007 não contemplá-los, pode-se entender que seja possível, em face da redação do inciso VI do § 3º, que trata da extensão da GAEE, que apresenta melhor técnica legislativa, considerando-se a sua abrangência. Inclusive a redação do V do § 3º foi objeto de alteração pela Lei nº 4.458/2009, para estender a incorporação da GAEE aos demais servidores da Carreira Magistério (Especialistas de Educação) e Carreira Assistência à Educação, pela simples alteração do termo “professor” por “servidor”. Ressalte-se, ainda, que esta Divisão de Fiscalização de Pessoal já se pronunciou pela possibilidade de extensão da GAZR aos aposentados (professores e servidores da Carreira Assistência à Educação) na Auditoria de Regularidade, que trata o Processo nº 10.073/2008, quando da análise da implementação da Lei nº 4.075/2007 pela Secretaria de Educação.

43. No que diz respeito ao percentual incorporado, vale destacar que, tanto na cálculo da GAEE, quanto da GAZR, a jurisdicionada está observando o percentual de 0,6% por ano de efetivo exercício nas atividades de ensino especial ou em zona rural. No entanto, a base de cálculo para ambas as gratificações é o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou do PECMP na carga horária de 40h, tanto para os professores dessa carga horária, quanto para os atuais servidores da carreira Assistência à Educação, os agentes e técnicos de gestão educacional, inclusive os servidores que não tem carga horária ampliada (**30h**).

44. Acontece que a legislação que rege a matéria, Lei nº 4.075/2007, é omissa quanto a este ponto, haja vista que define apenas o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou do PECMP. Assim, não parece ser coerente a condição de cálculo implantada pela gestora do SIGRH, então Secretaria de Planejamento e Gestão - SEPLAG, haja vista que o ingresso no cargo de professor pode ser na carga horária inicial de 20h ou na carga horária de 40h, senão vejamos:

Art. 9º A carga horária de trabalho do servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal é de:

- I – 20 (vinte) horas semanais em um turno;
- II – 40 (quarenta) horas semanais em dois turnos.

§ 1º A carga horária semanal de trabalho do servidor da Carreira Magistério Público do Distrito Federal deverá ser expressa no Termo de Posse do cargo efetivo, assinado pelo servidor e por representante da Secretaria de Estado de Educação, observada a conveniência da Administração, bem como a dotação orçamentária.

§ 2º Fica admitida a redução da carga horária semanal de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas, mediante solicitação do servidor, observada a regulamentação da Secretaria de Estado de Educação.

§ 3º Fica admitida a alteração da carga horária semanal de 20 (vinte)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**PARTAMENTO DE CONTROLE EXTERNO
DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

para 40 (quarenta) horas, mediante solicitação do servidor, desde que existam carência verificada e disponibilidade orçamentária.

§ 4º Na ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, será dada prioridade aos servidores que já façam parte da Carreira Magistério Público do Distrito Federal em relação aos que nela ingressarem a partir de 2008.

45. O EDITAL N.º 1 – SEPLAG/PROF, DE 15 de setembro de 2008, referente ao último concurso público para provimento de vagas no cargo de professor de educação básica da carreira Magistério Público do DF, confirma a possibilidade de ingresso na carreira magistério em ambas as cargas horárias, senão vejamos:

2.1 JORNADA DE TRABALHO: a carga horária de trabalho será de quarenta horas semanais ou de vinte horas semanais, conforme o disposto no artigo 9 da Lei n.º 4.075, de 30 de dezembro de 2007.

2.1.1 A carga horária semanal de trabalho do candidato que optar pelo turno diurno será de quarenta horas semanais. Para o candidato que optar pelo turno noturno, a carga horária semanal de trabalho será de vinte horas.

2.2 REMUNERAÇÃO: R\$ 3.227,87, para a carga horária de trabalho de quarenta horas semanais, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva ao Magistério Público do Distrito Federal, e R\$ 1.203,87, para a carga horária de trabalho de vinte horas semanais.

2.3 Em caso de não haver mais candidato classificado para determinado turno e permanecer a necessidade de preenchimento de vaga(s) para a mesma área/componente curricular, a Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal poderá convocar candidatos aprovados para outro turno, independentemente da opção de turno feita pelo

46. Assim, considerando a possibilidade de ingresso na carreira magistério em ambas as cargas horárias, não seria razoável que o servidor da carreira assistência à educação, detentor de carga horária de 30h, que também tem a possibilidade de ampliação de carga horária para 40h (artigo 8º, § 2º da Lei nº 4.458/2009), mas não recebe a referida ampliação, tenha o mesmo cálculo da GAZR e da GAEE sob a mesma base de cálculo de outro servidor dessa carreira, porém detentor de carga horária de 40h semanais.

47. Portanto, há que se rever as condições de cálculo da Gratificação de Atividade em Zona Rural - GAZR e da Gratificação de Atividade em Ensino Especial - GAEE implementadas no sistema SIGRH, haja vista a falta de amparo na legislação de regência para o cálculo de tais gratificações sobre o vencimento básico de Professor de Educação Básica ou do PECMP, na carga horária de 40h, indistintamente, tanto para os servidores da carreira Assistência à Educação que possuem carga horária de 30h, quanto para o de 40h.

48. Para melhor visualizar o efeito de tal atitude, veja, no quadro seguinte, que o professor com carga horária de 20h, percebe tais gratificações em valores inferiores aos percebidos pelos atuais técnicos de gestão educacional 30h, que, por sua vez percebem o mesmo valor recebido pelos técnicos de gestão educacional 40h, o que parece criar distorções dentro da carreira.

Fls.: 125
Proc: 21.870/10

rubrica

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

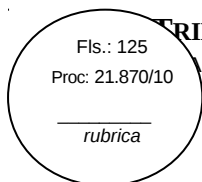
QUADRO IX					
				Lei nº 3.319/ 2004	
CARGO	Carga horária	Vencimento Básico	base de cálculo	GAEE (25%)	GAZR (30%)
Técnico de Gestão Educacional - Classe C	30	471,15	471,15	117,79	141,35
Técnico de Gestão Educacional - Classe C	40	620,20	620,20	155,05	186,06
Cálculo considerando a estrutura da Carreira Assistência à Educação anterior à Lei nº 4.075/ 2007, com valores atuais para fins de comparação.					
				Lei nº 4.075/ 2007	
CARGO	Carga horária	Vencimento Básico	base de cálculo	GAEE (15%)	GAZR (15%)
Técnico de Gestão Educacional - Classe C	30	471,15	2.033,54	305,03	305,03
Técnico de Gestão Educacional - Classe C	40	620,20	2.033,54	305,03	305,03
				Lei nº 4.075/ 2007	
CARGO	Carga horária	Vencimento Básico	base de cálculo	GAEE (15%)	GAZR (15%)
Professor de Educação Básica - Classe A	20	1.016,77	1.016,77	152,52	152,52
Professor de Educação Básica - Classe A	40	2.033,54	2.033,54	305,03	305,03

Cálculo para o cargo de Professor diferenciado, conforme carga horária (Lei nº 4.075/ 2007).

49. Desta feita, a proposta desta unidade técnica é no sentido de correção da base de cálculo das gratificações GAZR e GAEE, de forma que os servidores da carreira Assistência à Educação, detentores da carga horária de 30h, sem ampliação de carga horária, percebam tal gratificação calculada sobre o vencimento básico inicial do Professor de Educação Básica ou do PECMP sob carga horária de 20h.

QUADRO X

Obs: A ampliação da base de cálculo somente seria permitida com a ampliação de carga horária de 30 para 40 horas semanais.

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**CARTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL**2.2.1.2 Causas e Efeitos**

50. A equipe de auditoria verificou que a causa principal das divergências detectadas se referem à inobservância de possíveis propostas de diligência do órgão de Controle Interno, com reflexos no abono provisório, título de pensão e valores lançados no sistema SIGRH, falha de interpretação da legislação vigente ou de determinação expressa desta Corte de Contas constante das referidas decisões.

51. Ressalte-se que o efeito maior de tais achados se reflete na ocorrência de prejuízo, tanto ao erário, quanto aos servidores inativos e pensionistas, haja vista os reflexos das impropriedades nos aspectos financeiros.

2.2.1.3 Proposições

52. Sugere-se ao e. Plenário ter por regular os aspectos financeiros iniciais (abono provisório/título de pensão) das concessões consideradas legais, para fins de registro, apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007, constantes do Quadro VI (fl. 113), bem como determinar à Secretaria de Educação do DF a adoção das seguintes providências:

- **Maria Aparecida de Araujo** (Processo TCDF nº 26.639/2006): corrigir, no SIGRH, o percentual dos proventos para 80%, consoante registrado no abono provisório, observando os reflexos nas demais parcelas;
- **Raimunda Silva da Piedade** (Proc. TCDF nº 1.813/2010): juntar declaração de atividade em unidades de ensino especial que justifique o período apurado à fl. 67 do Processo GDF nº 080.002.162/2008, para fins de percepção da GAEE – Gratificação de Atividade em Ensino Especial, ratificando ou retificando o seu percentual constante do abono provisório de fl. 70 do mencionado processo do GDF, observando os reflexos no SIGRH;
- **Manoel Vicente Pereira** (Proc. TCDF nº 22.764/2008): juntar ao Processo GDF nº 080.019.569/2003, declaração de atividade em unidades de ensino especial que justifique o percentual de 15% apurado para fins de percepção da Gratificação de Atividade em Ensino Especial – GAEE; bem como juntar aos autos declaração de atividade em unidades consideradas de zona rural, a fim de justificar o percentual de 15% apurado para fins de percepção da Gratificação de Atividade em Zona Rural – GAZR, consoante registrado no SIGRH;
- **Lindalva Alves da Silva Rosa** (Proc. TCDF nº 2.164/2009): corrigir, no sistema SIGRH, o percentual do ATS para 26%, consoante registrado no Demonstrativo de Tempo de Contribuição e abono provisório de fls. 128 e 142 – Proc. GDF nº 080.022.437/2003;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
PORTARIA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- **Maria Aparecida Dias dos Santos Andrade** (Proc. TCDF nº 1.651/2010): substituir o abono provisório de fl. 50 do Processo GDF nº 080.008.463/2007 para calcular a Gratificação de Atividade em Zona Rural – **GAZR** sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou PECMP, bem como juntar aos autos declaração de atividade em unidades consideradas de zona rural, a fim de justificar o período apurado à fl. 48 do Proc. GDF nº 080.008.463/2007, para fins de percepção da GAZR no percentual de 9%;
- **Maria Aparecida Ismênia de Souza** (Proc. TCDF nº 13.819/2010): substituir abono provisório de fl. 50 do Processo GDF nº 080.001.492/2007 para calcular a Gratificação de Atividade em Zona Rural – **GAZR** sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou PECMP, bem como juntar aos autos declaração de atividade em unidades consideradas de zona rural, a fim de justificar o período considerado para fins de percepção dessa vantagem, haja vista o percentual de 15% da GAZR no sistema SIGRH, incompatível com a incorporação de 0,6% por ano de exercício na referida atividade, considerando que a servidora aposentou-se na proporcionalidade de 13/30 avos;
- **Thadeu Dantas Pimentel** (Proc. TCDF nº 17.374/2009): elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 88 (Proc. GDF nº 080.009.398/2007), a fim de considerar a proposta de diligência nº 10/2009 – GEAPO (fls. 102/103 – Proc. GDF nº 080.009.398/2007), haja vista que o total computado como cargo comissionado, no montante de 1.306 dias, reduz o percentual da então GRC da instituidora para 31,18%, consoante Lei nº 3.993, de 20/06/2007, vigente à época do óbito da instituidora (10/10/2007); bem como observar os reflexos no cálculo do benefício pensional no título de pensão e no SIGRH, atentando que o percentual e o valor atual da GARC deverão estar em consonância com a Lei nº 4.075/2007;
- **José Veloso dos Santos** (Proc. TCDF nº 23.043/2008): corrigir, no sistema SIGRH, o percentual dos proventos para 95%, consoante registrado no Demonstrativo de Tempo de Contribuição e abono provisório (fls. 28 e 37 – Proc. GDF nº 080.031.328/2007), observando os reflexos nas demais parcelas;
- **Francilina Costa de Sousa** (Proc. TCDF nº 16.195/2008): considerar a proposta de diligência do órgão de Controle Interno nº 76/2008 – GEAPO (fl. 31/33 – Proc. GDF nº 080.023.513/2007), haja vista que a servidora vem percebendo a vantagem “Gratificação de Titulação” no percentual de 5%, com base no “certificado de treinamento de merendeira”, de fl. 28 do Processo GDF nº 080.023.513/2007, em desacordo com os critérios definidos na Portaria nº 233/2004 (cópia às fls. 94/95), que regulamentou a gratificação prevista no inciso V do artigo 19 da Lei nº 3.319/2004, que exige para sua percepção a carga horária mínima de 40h e tenha pertinência com as atividades desempenhadas pela servidora (Auxiliar de Educação/Portaria);



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

- **Elizaide Santos de Souza Ramos** (Proc. TCDF nº 30.559/2009): excluir, no sistema SIGRH, a parcela “GARC- Lei 4.075/2007”, haja vista que não consta no abono provisório tal parcela, bem como tendo em conta as informações de fls. 97/99 do Proc. GDF nº 080.009.583/2004, que noticiam o exercício de atividades não computáveis para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Regência de Classe – GARC;
- corrigir a base de cálculo das gratificações GAZR e GAEE, de forma que os servidores da carreira Assistência à Educação, detentores da **carga horária de 30h**, sem ampliação de carga horária, percebam tal gratificação calculada sobre o vencimento básico inicial do Professor de Educação Básica ou do PECMP sob **carga horária de 20h**.

53. Por fim, há que se recomendar a Secretaria de Educação que, antes de encaminhar os processos, apreciados pela Corte de Contas na forma da **Decisão nº 77/2007**, ao arquivo, verifique a existência de possíveis propostas de diligência do órgão de Controle Interno, com reflexos no abono provisório, título de pensão e valores lançados no sistema SIGRH, haja vista que a equipe de auditoria deparou-se com irregularidades na folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas que poderiam ser saneadas pela simples aplicação de tal procedimento, o que viria a minimizar a ocorrência de prejuízo, seja ao erário, seja ao servidor inativo ou beneficiário de pensão.

2.3 RESPOSTA À QUESTÃO DE AUDITORIA 03

A Secretaria de Educação observou os reflexos da Decisão nº 2.616/2010, proferida nos autos do Processo nº 12.895/2009, que declarou a incompatibilidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007 com a Constituição Federal?

2.3.1 Achados de Auditoria

A Secretaria de Educação não adotou providências acerca dos reflexos da Decisão nº 2.616/2010, proferida nos autos do Processo nº 12.895/2009, que declarou a incompatibilidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007 com a Constituição Federal

2.3.1.1 Análises e Evidências

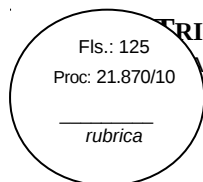
54. Em resposta a NA nº 005 (fls. 33/34), a jurisdicionada disponibilizou planilhas, em mídia de CD regravável, arquivada em pasta corrente nesta Divisão de

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

Fiscalização de Pessoal, constando a relação dos servidores efetivamente lotados na Secretaria de Educação, que percebiam GT, nos termos da Lei nº 66/89 ou obtiveram mudança de Classe em razão das Leis nºs 2.942/2002, 3.318/2004 e 4.075/2007.

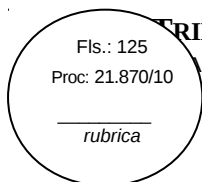
55. Confrontado-se as informações prestadas pela jurisdicionada, extraídas do sistema SIGRH, com a legislação de regência, foram detectadas diversas situações, que configuram de forma indireta, transposição de cargos, na forma repudiada pela Corte de Contas, nos moldes da Decisão nº 2.616/2010, onde se declarou a incompatibilidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007.

56. As informações apresentadas em meio eletrônico podem ser assim distribuídas:



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

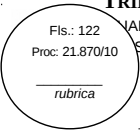
**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**CORTA INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
SÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

57. Em princípio, não se deve precisar esses números como absolutos, entretanto, a título ilustrativo, pode-se resumir o total de servidores ativos, inativos e pensionistas, que obtiveram mudança de classe, na Carreira Magistério Público do DF, nos seguintes termos:

58. Em geral, os achados referem-se à transposição funcional dos servidores da carreira magistério, em afronta a Lei Maior, o que consiste, no entender desta Corte de Contas, transposição de cargos, com burla ao primado constitucional do concurso público, uma vez que tais normas legislativas permitem a reclassificação do professor, da seguinte forma:

- aquele que ingressou na carreira magistério mediante concurso para nível 1 (na vigência da Lei nº 66/89), para nível 1, classe A (na vigência da Lei nº 2.942/2002) ou simplesmente para classe C (na vigência da Lei nº 3.318/2004), portadores de habilitação específica de 2º grau, obtida em curso de magistério (normalista), foi alçado a classes superiores, cujo requisito para ingresso seria a licenciatura curta ou licenciatura plena;
- aquele que ingressou na carreira magistério mediante concurso para nível 2 (na vigência da Lei nº 66/89), para nível 1- classe B e nível 2- classe A (na vigência da Lei nº 2.942/2002) ou simplesmente para classe B (na vigência da Lei nº 3.318/2004), portadores de licenciatura curta (habilitação de grau superior, em nível de graduação, representada por licenciatura de 1º grau, obtida em curso de curta duração), foi alçado à classe que se exigia licenciatura plena;

OBS: O quadro seguinte, adaptado do constante nos autos do Processo nº 12.895/2009, resume tal mudança de classe promovida pela jurisdicionada, com amparo em dispositivos das referidas leis.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

ARTO INSPETORIA DE CONTROLE EXTERNO
ÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE PESSOAL

[e-DOC B548AE35](#)

Arquivo: /tmp/tomcat6-tmp/document4628635696316721351.doc

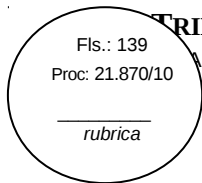
59. Verificou-se, então, em um universo de mais de 19.000 servidores (contemplados com mudança de classe), a existência de servidores abrangidos pelas mais diversas situações, conforme quadro exemplificativo extraído das informações fornecidas pela Secretaria de Educação:

QUADRO XIV

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO					Mudança de Classe		
Matrícula	Nome	Cargo	Etapa	Nível	Admissão	Status	Situação
00207616	SALVADOR DOURADO FILHO	MGA	18	BD3	8/9/1993	2 - NORMAL	GT
00000922	ANTILHON SARAIVA DOS SANTOS	MGA	15	BA1	20/7/1992	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA	GT
00001600	RAIMUNDO RAMOS RODRIGUES	MGA	21	CD1	23/6/1993	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA	GT
00207861	DILENY BARREIRA LUSTOSA SIQUEIRA	MGA	17	CD1	9/9/1993	2 - NORMAL	GT
00208000	MARCIA RODRIGUES DE ASSIS	MGA	18	CD2	13/9/1993	2 - NORMAL	GT
00208094	LARISSA ANDREA COUTO VIEIRA	MGA	18	CD2	9/9/1993	2 - NORMAL	LE 2.942/02
04000366	ROBERTA SOUSA REIS	MGA	12	BD2	7/4/2000	2 - NORMAL	GT
03007820	EDILEUZA MARIA BARBOSA DE MIRANDA SANTOS	MGA	22	CD2	24/3/2000	2 - NORMAL	GT
03007847	IZALINE SOARES CAVAZZANA SAMPAIO	MGA	11	CD2	28/3/2000	2 - NORMAL	LE 2.942/02
03007855	GLEIDCE ROMICY DE MATTOS SILVA	MGA	12	CD1	24/3/2000	2 - NORMAL	LE 3.318/04
03007863	ROSANE SILVA ROCHA	MGA	09	BD2	24/3/2000	3 - AFASTADO	GT
0020840X	FATIMA ROSELI DIAS GARZES	MGA	16	CD2	10/9/1993	2 - NORMAL	GT
00208434	NEUZA MARIA MAIA	MGA	22	CD2	10/9/1993	2 - NORMAL	GT
00208485	FATIMA REJANE DE MIRANDA DOS SANTOS	MGA	18	CD1	13/9/1993	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00208620	ABIGAIL DE ARAUJO DANTAS	MGA	18	CD1	13/9/1993	2 - NORMAL	GT
00208760	AILDE LIMA E SILVA	MGA	20	CD1	13/9/1993	2 - NORMAL	LE 4.075/07
00209023	KEILLA CRISTINA SILVA DE CONFESSOR AUGUSTO	MGA	17	CA1	14/9/1993	2 - NORMAL	GT
00209163	DENISE ALVES COSTA DUARTE	MGA	18	CD1	18/10/1993	2 - NORMAL	LE 4.075/07
00209201	IVONENAVES	MGA	18	BD2	16/9/1993	2 - NORMAL	GT
03009424	LILIAN FERNANDA ALQUERES REIS	MGA	17	CD2	31/3/2000	2 - NORMAL	LE 3.318/04
03009432	VANESSA RIBEIRO SOARES	MGA	12	CD2	31/3/2000	2 - NORMAL	GT
00209449	MARIA REGINA MARQUES GOMES	MGA	15	CD2	17/9/1993	2 - NORMAL	GT
00209465	ADRIANA APARECIDA VILELA	MGA	16	CD1	13/10/1993	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00209473	MONICA AZEVEDO DE SOUZA	MGA	17	CD1	17/9/1993	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00209511	BENEDITO BARBOSA DA SILVA	MGA	18	BD2	28/9/1993	2 - NORMAL	GT
00209589	ELIEN LUCIA SZERVINSKY	MGA	18	CD2	14/10/1993	2 - NORMAL	LE 2.942/02
00209627	MARCIA APARECIDA BAPTISTA GOMES ARAUJO	MGA	17	CD2	17/9/1993	2 - NORMAL	GT
00209651	ELOISA HELENA TOBIAS	MGA	17	CD2	17/9/1993	2 - NORMAL	GT
00209686	CLAUDIA MARIA DE A FLORENTINO PAULA	MGA	15	CD1	20/9/1993	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00209724	CELINA XAVIER GONTIJO	MGA	18	CD2	20/9/1993	2 - NORMAL	GT
03008576	HACMONI BEZERRA VIEIRA ALVES	MGA	12	CD2	29/3/2000	2 - NORMAL	LE 3.318/04
03008592	FABIANA DE CASTRO NAPOLI	MGA	12	BD2	29/3/2000	3 - AFASTADO	LE 4.075/07
03008606	LUCIANA OLIVEIRA LIMA	MGA	11	CA1	29/3/2000	2 - NORMAL	LE 2.942/02
03008622	LINDONEI DE RODRIGUES MOREIRA	MGA	12	BD1	29/3/2000	2 - NORMAL	GT
00781274	GASPARINA MARIA RESENDE	MGA	25	BD2	17/4/1979	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA	GT
00781290	EMIR MONTEIRO DO NASCIMENTO	MGA	25	BD1	17/4/1979	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00784419	MARSELDA SALGADO COURY	MGA	25	BA2	7/6/1979	2 - NORMAL	LE 4.075/07
00900478	MARIA DA CONCEICAO GOMES	MGA	25	CD1	19/4/1972	2 - NORMAL	GT
00949094	MARIA MARGARIDA DA TARAGAO	MGA	25	CD2	23/9/1974	2 - NORMAL	LE 3.318/04
00994707	MARIA JOSE DE JESUS SOARES	MGB	25	CE1	16/3/1977	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA	GT
00994863	ELIZABETE SPINDOLA DA SILVA	MGA	25	BD1	17/3/1977	9 - APOSENTADO OU PENSIONISTA	GT

* cerca de 63% dos professores contemplados com mudança de classe chegaram a perceber a GT (Gratificação de Titularidade) prevista no artigo 15 da Lei nº 66/89.

60. Conforme dados apresentados pela jurisdicionada, os professores poderiam ser separados em 4 grandes grupos, considerando-se, para melhor



compreensão, apenas os professores que ingressaram como normalista (2º grau – nível médio):

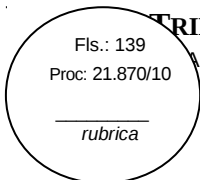
- Grupo 1: professores que pertenciam ao quadro de servidores da SE antes da Lei nº 66/89 ou ingressaram na vigência desta como Professor nível 1 (normalista) e apresentaram licenciatura curta, passando a perceber GT 2, ou licenciatura plena, com percepção de GT 3;
- Grupo 2: professores remanescentes do grupo 1 (sem GT) ou que ingressaram na vigência da Lei nº 2.942/02 como Professor nível 1, Classe A (normalista) e apresentaram licenciatura curta, passando a Classe B, ou licenciatura plena, atingido a Classe C;
- Grupo 3: professores remanescentes dos grupos 1 e 2 (sem GT ou mudança de classe) ou que ingressaram na vigência da Lei nº 3.318/2004 como Professor Classe C (normalista) e apresentaram licenciatura curta, passando a Classe B, ou licenciatura plena, atingido a Classe A;
- Grupo 4: professores remanescentes dos grupos 1, 2 e 3 (sem GT ou mudança de classe) e que, na vigência da Lei nº 4.075/2007, apresentaram licenciatura curta (área 2), passando a Classe B, ou licenciatura plena (área 1), atingido a Classe A;

61. Poderíamos especificar vários outros grupos, como por exemplo, os professores que ingressaram com licenciatura curta (Professor nível 2 ou Classe B) e galgaram o ápice da remuneração da carreira com apresentação do diploma de conclusão de nível superior, mudando para nível 2 – GT3 - na Lei nº 66/89, nível 2 - Classe B – na Lei nº 2.942/02 - ou Classe A – após a Lei nº 3.318/2004, no entanto, entendemos suficiente e de melhor didática se ater aos grupos apresentados, haja vista que a tomada de decisão por parte desta Corte de Contas, no que diz respeito aos efeitos da Decisão nº 2.616/2010, prolatada nos autos do Processo nº 12.895/2010, atingiria o universo de quase 40% dos professores da Secretaria de Educação.

62. Destaque-se que a grande maioria dos servidores (cerca de 63% daqueles contemplados com mudança de classe - QUADRO XII – fl. 123) ingressou antes ou na vigência da Lei nº 66/89, no cargo de Professor, Nível 1, cujo requisito de ingresso era a conclusão do curso normal (nível médio – 2º grau) e passaram a perceber remuneração de Professor Nível 2 (com apresentação de licenciatura curta), mediante a concessão da Gratificação de Titularidade – GT2 ou remuneração de Professor Nível 3 (com apresentação de licenciatura plena), mediante a concessão da Gratificação de Titularidade – GT3, nos termos do artigo 15 da Lei nº 66/89.

63. A regularidade do pagamento da Gratificação de Titularidade – GT foi objeto de discussão no Processo nº 6.418/96, que trata da Representação nº 007/96 da 4ª ICE/ 2ª DT, em que foi realizada inspeção conjunta pelas 2ª e 4ª ICE na extinta FEDF.

64. Na ocasião se verificou que a GT, prevista no art. 15 da Lei nº 66/89, era paga ao professor que adquirisse licenciatura curta ou plena, na razão da diferença do padrão em que estivesse localizado e o correspondente padrão do nível para o qual



adquirisse formação, bem como que o professor que fizesse jus à referida gratificação poderia, a critério da administração, ser aproveitado na área que possuía a titularidade, desde que houvesse vaga e fosse do seu interesse.

65. Tal situação, à época, foi considerada pelo Ministério Público junto ao TCDF, que emitiu o Parecer nº 337/98 - CF, constante do Processo nº 6418/96, como ascensão funcional, instituto que constitui forma de provimento derivado de cargos públicos, já considerado inconstitucional pelo STF.

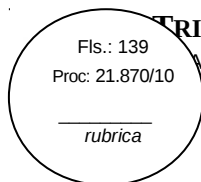
66. Contudo, na Decisão 4405/98, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta a instrução, decidiu *"III . acolher, por uniformidade de tratamento, a aplicação do art. 15 da Lei nº 66/89, de conformidade com a Decisão nº 6918/97, firmada no Processo nº 6214/93, bem como a aplicação da Lei nº 1354/96"; IV – considerar regulares as despesas decorrentes das concessões da Gratificação de Titularidade;"*.

67. No Processo nº 6214/93, que trata da Representação nº 12/93 – CF, do Ministério Público junto ao TCDF, foi proferida a Decisão nº 6918/97, em que o Tribunal decidiu: *"a) manter o entendimento de acolher, sem restrições, as transposições fundadas em leis publicadas até 23.04.93 (Decisão no Proc. 4851/96, com a modificação introduzida pelos Procs. nºs 2076/89 e 2732/89); b) considerar ilegais as transposições fundadas em leis publicadas após 23.04.93, com exceção das utilizadas como instrumento de aplicação de Plano de Classificação de Cargos, consistindo no deslocamento de todos os antigos cargos da antiga carreira para novos cargos de uma nova carreira, com atribuições correlatas;"*. Acrescente-se que a matéria é objeto de Súmula de Jurisprudência do TCDF nº 82.

68. Dessa forma, a 4ª ICE instruiu os processos pertinentes à matéria, que se encontravam sobrestados, conforme autorizado no item V da Decisão nº 4405/98, Processo nº 6418/96, a exemplo do Processo nº 4987/98, Decisão nº 1794/2003.

69. Ademais, no Processo nº 3612/99, que trata de Estudos Especiais sobre eventuais reflexos das disposições da EC nº 19/98 na remuneração dos integrantes da carreira Magistério Público do DF, em decorrência da Representação nº 001/99 – CF, do Ministério Público junto a esta Corte de Contas, questionava-se a regularidade do pagamento da GT que servia de base de cálculo para outras gratificações.

70. Sobre o assunto, verificou-se que a Lei nº 2942/02, reestruturou a Carreira Magistério Público do DF, subdividindo os níveis 1 (com formação de nível médio) e 2 (com licenciatura curta) da carreira em classes a serem integradas pelos professores de acordo com a respectiva habilitação, regularizando as situações dos professores beneficiários da GT, os quais foram enquadrados nas referidas classes na forma prescrita no Parágrafo único do art. 1º da citada lei, consoante a habilitação apresentada para percepção da GT, ou seja, o Professor Nível 1 (com formação de nível médio) que recebia a GT3 (licenciatura plena) foi enquadrado na Classe C (licenciatura plena) e o que recebia a GT2 (licenciatura curta) foi enquadrado na Classe B (licenciatura curta). Já o professor Nível 2 (licenciatura curta) que recebia a GT3 (licenciatura plena) foi enquadrado na Classe B (licenciatura plena). Dessa maneira, inexistindo a GT, acabou a sua incidência sobre as demais parcelas.



71. Assim, na Decisão nº 3516/02, o Tribunal, tendo em conta a instrução, decidiu: *“II. reconhecer que a Lei nº 2942, de 11 de abril de 2002, regularizou a situação dos Professores Nível 1 e 2, da Carreira Magistério Público do Distrito Federal, que eram beneficiários da Gratificação de Titularidade – GT.”*

72. Da análise do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 2.942/02 e do quadro exemplificativo acostado ao Processo nº 3612/99 (cópias fls. 38/39), observa-se que os servidores beneficiários da GT não alçaram a uma nova transposição depois da Lei nº 66/89, pois já recebiam antes o valor correspondente ao da habilitação apresentada. O que mudou, com o advento da Lei nº 2942/02, foi que, com o pagamento do vencimento aos professores na forma de classe e não mais como GT, deixou de existir o “efeito cascata” decorrente do cálculo de outras parcelas sobre essa gratificação. Tal situação não se alterou com a edição das Leis nºs 3.318/2004 (art. 9º) e 4.075/2007 (art. 3º) para os servidores que recebiam a GT, conforme ilustrado a seguir:

QUADRO XV

Obs₁: O quadro demonstra a situação dos servidores beneficiários da GT que recebiam os pagamentos de acordo com a habilitação apresentada desde a edição da Lei nº 66/89, situação acolhida pela Decisão nº 4405/98 e que não foram alçados a uma nova transposição (mudança de classe), com o advento das Leis nºs 2.942/2002, 3.318/2004 e 4.075/2007.

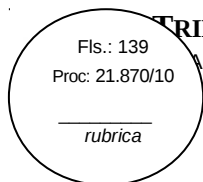
Obs₂: A Lei nº 3.318/2004, nestes casos, não promoveu mudança de classe, mas apenas inverteu a

nomenclatura dada pela Lei nº 2.942/2002.

Obs₃: A Lei nº 4.075/2007 estruturou o Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do DF – PECMP para os atuais ocupantes (Anexo III), estrutura que se encontra em extinção (§ 4º do art. 3º). Criou na nova estrutura o cargo de Professor de Educação Básica (art. 3º, inciso I), cujo ingresso é exigido habilitação específica, obtida em curso superior com licenciatura plena ou bacharelado com complementação pedagógica (art. 4º, inciso I).

73. Entretanto, em relação aos servidores que não recebiam a GT, bem como aos que ingressaram na carreira Magistério Público do DF, já na vigência da Lei nº 2.942/2002, ocupantes dos cargos de Professor Nível 1 (com formação de nível médio) e Nível 2 (licenciatura curta) foi permitido pelo art. 3º da referida lei o reenquadramento no cargo de Professor Nível 1, Classe C (licenciatura plena), Professor Nível 1, Classe B (licenciatura curta) e Professor Nível 2 – Classe B (licenciatura plena), ou seja, possibilitou a mudança de classes mediante a comprovação da habilitação exigida, o que configura transposição fundada em lei publicada após 23/04/93, situação não amparada na Decisão nº 6.918/97 (alínea “b”). Da mesma forma, o art. 11 da Lei nº 3.318/2004 e o art. 15 da Lei nº 4.075/2007 também permitiram essa mudança de classes, sem a necessidade de realização de concurso público.

74. Em Estudos Especiais, sobre dispositivos das Leis nºs 3.318/2004 (art. 11) e 4.075/2007 (art. 15), de que trata o Processo nº 12.895/2009, Decisão nº 2.616/2010, o Tribunal decidiu autorizar *“I – o encaminhamento de cópia do*



relatório/voto do Relator ao Governador do Distrito Federal, ao Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal, ao Secretário de Estado de Educação e ao Procurador-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios, para a adoção das medidas que entenderem pertinentes com relação ao entendimento ora firmado acerca da incompatibilidade do art. 15 da Lei nº 4.075/07 com a Lei Maior; II – o retorno dos autos à 4ª Inspeção, com vistas ao exame dos atos praticados ou que vierem a ser praticados pela Administração, com fundamento nos dispositivos legais objeto do estudo em exame, levando em consideração os aspectos abordados no relatório/voto do Relator e, em especial, a Súmula 347-STF.”

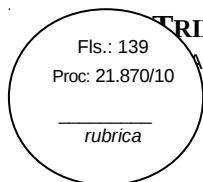
75. Verifica-se, no voto do Relator constante do Processo nº 12.895/2009, posicionamento contrário ao instituto das transposições que vem ocorrendo desde a edição das Leis nºs 66/89, 2.942/2002 e 3.318/2004 e observa que *“É consabido que esta Corte tem questionado diversas transposições e, desde a criação da Gratificação de Titularidade, que, de forma indireta, também promovia transposição de cargos, houve questionamentos nesta Casa quanto à sua regularidade.”*

76. Por oportuno, impende ressaltar que tramita no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios a Ação Declaratória de Inconstitucionalidade (Processo nº 2010.00.2.010603-7), impetrada pelo Governador do Distrito Federal em exercício, Rogério Schumann Rosso, contra o artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, questionando a transposição de professores do Plano Especial de Cargos da Carreira Magistério Público do DF - PECMP das classes B e C para as classes A ou B.

77. Em consulta realizada, em 08/12/2010, ao site do TJDF, na internet, verifica-se que não houve decisão de mérito nos autos da ação. Consta, ainda, registro de parecer do MPDFT, em 16/08/2010, e, como último andamento da referida ADI, que os autos foram conclusos ao relator, em 01/10/2010 (fls. 96/98).

78. Ressalte-se que, em relação à GT, o Tribunal proferiu a Decisão nº 4.405/98, uniformizando o entendimento de aceitar as transposições fundadas na Lei nº 66/89, por se tratar de lei publicada antes do marco definido na Decisão nº 6.918/97(23/04/93). Dessa forma, s.m.j., entende-se que a análise dos casos concretos não pode deixar de levar em consideração o referido entendimento que serviu de base para o registro da legalidade de diversos processos de aposentadorias e pensões. Nesse sentido, destacam-se como precedentes os Processos nºs 16.583/2010, 9.300/2010, 30.900/2010, 3.948/2010, 7.498/2010, 14.440/2010, 18.438/2010, 26.910/2010 e 5.380/2010.

79. É certo que não se pode olvidar de aplicar o entendimento fixado na Decisão nº 2.616/2010, com observância do que vier a ser decido nos autos da ADI nº 2010.00.2.010603-7, no caso de novas transposições (mudanças de classes) ocorridas com base nas Leis nºs 2.942/2002 (art. 3º), 3.318/2004 (art. 11) e 4.075/2007 (art. 15), para os servidores que ingressaram na Carreira Magistério Público a partir da vigência desses diplomas legais ora mencionados, bem como para os servidores que ingressaram na vigência da Lei nº 66/89, sem percepção da GT, mas que adquiriram a habilitação correspondente à licenciatura plena ou curta após a data de vigência da Lei nº 2.942/2002.



80. Dessa forma, harmonizando as Decisões nºs 4.405/98 e 2.616/2010, desta Corte de Contas, e considerando o ajuizamento da ADI nº 2010.00.2.010603-7 no TJDF, por cautela, convém aguardar o deslinde final, com trânsito em julgado, da referida ADI, para a adoção de possíveis medidas corretivas por parte da Secretaria de Educação, ante a real possibilidade de que seja necessário, após o devido julgamento de mérito da ação, restabelecer o enquadramento dos professores que não se encontram amparados pela Decisão nº 4.405/98, de acordo com os referidos concursos prestados para ingresso na carreira Magistério Público do DF.

2.3.1.2 Causas e efeitos

81. Nesse contexto, a causa apontada pela equipe de auditoria, de acordo com as análises empreendidas, pode ser expressa na seguinte assertiva:

- aplicação de normativos que trouxeram em seu bojo artigos com inobservância da Lei Maior, a depender do desfecho da ADI nº 2010.00.2.010603-7, no que diz respeito ao primado do concurso público, na medida em que permitiram a transposição de professores que prestaram concurso como normalista (2º grau – nível médio) para os cargos, cujo requisito para ingresso consistia na formação em nível superior, seja licenciatura plena ou licenciatura curta.

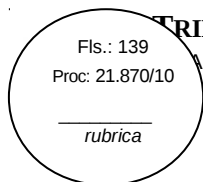
82. Quanto aos efeitos decorrentes dos achados de auditoria, a equipe identificou os seguintes:

- pagamento de remunerações majoradas com a mudança de classe considerando a qualificação profissional, em detrimento da correta remuneração do cargo para o qual o professor foi aprovado mediante concurso público.

2.3.1.3 Proposições

83. De acordo com a análise dos referidos achados, sugere-se:

- resguardar a situação dos servidores beneficiários da GT que recebiam os pagamentos de acordo com a habilitação apresentada em face da edição da Lei nº 66/89, cuja aplicação do artigo 15 da mencionada lei foi acolhida pela Decisão nº 4.405/98, e que não foram alçados a uma nova transposição (mudança de classe), com o advento das Leis nºs 2.942/2002, 3.318/2004 e 4.075/2007, a exemplo do que foi decidido nos Processos nºs 16.583/2010, 9.300/2010, 30.900/2010, 3.948/2010, 7.498/2010, 14.440/2010, 18.438/2010, 26.910/2010 e 5.380/2010;
- sobrestar a apreciação dos reenquadramentos efetuados pela jurisdicionada no que se refere aos professores que não recebiam a GT (na vigência da Lei nº 66/89), bem como os que ingressaram na carreira Magistério Público do DF, já na vigência da Lei nº 2.942/2002, ocupantes dos cargos de Professor Nível 1 (com formação de nível



médio) e Nível 2 (licenciatura curta), e que foram alçados, mediante comprovação da habilitação exigida, ao cargo de Professor Nível 1, Classe C (licenciatura plena), Professor Nível 1, Classe B (licenciatura curta) e Professor Nível 2, Classe B (licenciatura plena), conforme permitido pelo art. 3º desta Lei e, da mesma forma, os professores ocupantes da Classe B (licenciatura curta) e Classe C (com formação de nível médio) e que foram posicionados na Classe A (licenciatura plena) ou Classe B (licenciatura curta), com base no artigo 11 da Lei nº 3.318/2004 e no artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, até o desfecho da ADI nº 2010.00.2.010603-7;

- determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que acompanhe até o deslinde final, com trânsito em julgado, a ADI nº 2010.00.2.010603-7, adotando as providências pertinentes.

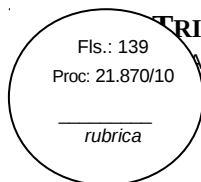
3. CONCLUSÃO

84. Preliminarmente, destaque-se que os resultados das verificações realizadas com base na Nota de Auditoria nº 004 – 2010 (fls. 30/32), no que diz respeito ao cumprimento das determinações desta Corte nos autos do Processo de Auditoria nº 10.073/2008, serão objeto de instrução naqueles autos. Quanto aos processos constantes da NA nº 001/2010 (fls. 20/24), que ainda se encontrem na jurisdicionada, e aqueles cujos motivos do sobrestamento tenham cessado, deverão ser encaminhados ao Tribunal para fins de regularização de andamento no Sistema de Acompanhamento Processual ou análise das providências adotadas.

85. A par dos resultados apurados no decorrer dos trabalhos da presente Auditoria de Regularidade, levada a efeito na Secretaria de Educação, a equipe concluiu pela regularidade com ressalva dos aspectos financeiros das concessões de aposentadorias e pensões, apreciadas à luz da Decisão nº 77/2007, bem como pela regularidade com ressalva, em face de impropriedades verificadas no cumprimento das decisões desta Corte com recomendação posterior.

86. Revelou-se, ainda, a necessidade de a Secretaria de Educação proceder ao acompanhamento da ADI nº 2010.00.2.010603-7, impetrada pelo Governador do Distrito Federal, contra o artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, ante a possível necessidade de regularização da situação dos servidores em face do julgamento de mérito da ação, no que diz respeito ao reenquadramento dos professores, de acordo com o concurso prestado para o ingresso na carreira, caso seja julgada procedente a ADI, com a declaração do Poder Judiciário pela desconformidade do artigo 15 da Lei nº 4.075/2007 com a CF, ressalvadas as situações amparadas pela Decisão nº 4.405/98 desta Corte de Contas. Ademais, há que se rever as condições de cálculo da Gratificação de Atividade em Zona Rural - GAZR e Gratificação de Ensino Especial – GAEE, implementadas no sistema SIGRH, para os servidores da carreira Assistência à Educação, que exercem carga horária de 30 horas, sem perceber a ampliação de carga horária.

87. Por fim, convém recomendar à jurisdicionada que apure os valores porventura recebidos indevidamente pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, em decorrência da presente fiscalização, para fins de ressarcimento, observando os



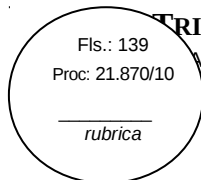
termos da Decisão nº 6806/07, com exceção quanto aos valores recebidos a maior, por equívoco no cálculo da GAZR e GAEE, pelos servidores da carreira Assistência à Educação, que exercem carga horária de 30 horas, sem perceber a ampliação de carga horária, por se tratar de erro decorrente da aplicação da norma de regência, nos termos do enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF.

4. PROPOSIÇÕES

88. Pelo exposto, sugere-se:

- I. tomar conhecimento do presente relatório, dos documentos juntados aos autos às fls. 35/95, bem como do trâmite da ADI nº 2010.00.2.010603-7 (fls. 96/98), da Ação de Rito Ordinário nº 2009.01.1.035632-2 e do trânsito em julgado do AGI nº 2009.00.2.004289-9, consoante noticiam os documentos de fls. 96/98 e 53/62 do Proc. GDF nº 82.001 996/1998 (cópias às fls. 84/93);
- II. resguardar a situação dos servidores beneficiários da GT que recebiam os pagamentos de acordo com a habilitação apresentada em face da edição da Lei nº 66/89, cuja aplicação do artigo 15 da mencionada lei foi acolhida pela Decisão nº 4.405/98, e que não foram alçados a uma nova transposição (mudança de classe), com o advento das Leis nºs 2.942/2002, 3.318/2004 e 4.075/2007, a exemplo do que foi decidido nos Processos nºs 16.583/2010, 9.300/2010, 30.900/2010, 3.948/2010, 7.498/2010, 14.440/2010, 18.438/2010, 26.910/2010 e 5.380/2010;
- III. sobrestar a apreciação dos reenquadramentos efetuados pela jurisdição no que se refere aos professores que não recebiam a GT (na vigência da Lei nº 66/89), bem como os que ingressaram na carreira Magistério Público do DF, já na vigência da Lei nº 2.942/2002, ocupantes dos cargos de Professor Nível 1 (com formação de nível médio) e Nível 2 (licenciatura curta), e que foram alçados, mediante comprovação da habilitação exigida, ao cargo de Professor Nível 1, Classe C (licenciatura plena), Professor Nível 1, Classe B (licenciatura curta) e Professor Nível 2, Classe B (licenciatura plena), conforme permitido pelo art. 3º desta Lei e, da mesma forma, os professores ocupantes da Classe B (licenciatura curta) e Classe C (com formação de nível médio) e que foram posicionados na Classe A (licenciatura plena) ou Classe B (licenciatura curta), com base no artigo 11 da Lei nº 3.318/2004 e no artigo 15 da Lei nº 4.075/2007, até o desfecho da ADI nº 2010.00.2.010603-7;
- IV. considerar cumpridas as Decisões TCDF, constantes do Quadro I (fl. 107);
- V. considerar cumprida a Decisão TCDF nº 6.795/2009, que trata da ilegalidade do complemento de pensão do Sr. Lourenço Pereira da Silva, constante do Quadro IV (fl. 108);

- VI. ter por regular os aspectos financeiros do abono provisório/título de pensão inerentes às concessões consideradas legais, para fins de registro, por meio das Decisões constantes do Quadro VI (fl. 113), apreciadas à luz da Decisão TCDF nº 77/2007;
- VII. determinar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote as seguintes providências, necessárias ao exato cumprimento da lei:
- a) **Roberto José da Rocha** (Processos TCDF nºs. 3.149/88 e 4.705/92): proceder ao cumprimento do inteiro teor da Decisão nº 326/2010 (Proc. GDF nº 030.012.469/88), bem como a alínea “b” da Decisão nº 327/2010, a fim de elaborar abono provisório da revisão de proventos, com data de 24.11.2005, em substituição ao de fl. 269 (Proc. GDF nº 082.005.146/92);
 - b) **Benedito Afonso de Freitas Falcão** (Processo TCDF nº 11.720/2006): manter o acompanhamento da tramitação do Processo nº 2009.01.1.035632-2, informando esta Corte de Contas do seu desfecho e das providências adotadas, após o que a concessão em exame deve ser encaminhada a este Tribunal para apreciação;
 - c) **Maria Rosa de Souza** (Processo TCDF nº 32.728/2006): submeter à apreciação do TCDF o ato de revisão de proventos do ex-servidor, instituidor da pensão, José Liberato de Souza, publicado no DODF de 24/07/2009 (Proc. GDF nº 082.014.852/97), juntamente com o Proc. GDF nº 080.006.807/2005, para análise, respectivamente, da integralização dos proventos pelo artigo 190 e dos reflexos da revisão no benefício pensional concedido à interessada;
 - d) **Maria Beli Bressan de Oliveira** (Proc. TCDF nº 3.243/88): reiterar o item II da Decisão nº 1.965/2009, haja vista que a inexistência de fichas financeiras lançadas no sistema SIGRH (em período anterior à sua implantação), não tem o condão de justificar o não cumprimento do *decisum*, na forma pugnada pelo Núcleo de Pagamento (cópias às fls. 76/81);
 - e) **Záira Azevedo Ramos da Silva** (Proc. TCDF nº 1.871/93): reiterar o item III da Decisão nº 5.138/2009, de forma a promover o total cumprimento da decisão judicial proferida nos autos da Apelação Cível nº 2002.01.1.008972-6 – TJDF, bem como apresentar circunstanciadas justificativas para o não atendimento da decisão proferida no âmbito do Judiciário;
 - f) **Ana Beatriz da Costa Rocha** (Proc. TCDF nº 34.083/2007): reiterar o item II. a.2 da Decisão nº 1.601/2008, no sentido de ajustar os estímulos da pensão aos termos da Decisão nº 5.859/2008, proferida no Processo nº 26.930/2006, após confirmação de que a instituidora da pensão se enquadra nas exceções constantes do item 4.2.2.2, alínea “b”, que trata dos critérios de reajuste da pensão, de modo a retificar o ato concessório, a fim de excluir o § 8º do artigo 40 da CRFB e o



bem como juntar aos autos declaração de atividade em unidades consideradas de zona rural, a fim de justificar o período apurado à fl. 48 do Proc. GDF nº 080.008.463/2007, para fins de percepção da GAZR no percentual de 9%;

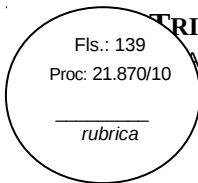
- m) **Maria Aparecida Ismênia de Souza** (Proc. TCDF nº 13.819/2010): substituir o abono provisório de fl. 50 do Processo GDF nº 080.001.492/2007 para calcular a Gratificação de Atividade em Zona Rural – **GAZR** sobre o vencimento básico inicial do cargo de Professor de Educação Básica ou PECMP, bem como juntar aos autos declaração de atividade em unidades consideradas de zona rural, a fim de justificar o período considerado para fins de percepção dessa vantagem, haja vista o percentual de 15% da GAZR no sistema SIGRH, incompatível com a incorporação de 0,6% por ano de exercício na referida atividade, considerando que a servidora aposentou-se na proporcionalidade de 13/30 avos;
- n) **Heloísa Lins Martins** (Proc. TCDF nº 3.159/97): reiterar o item III, alínea “b”, da Decisão nº 4.553/2008, à luz do disposto na Decisão nº 6.054/2007, proferida nos autos do Processo nº 5.354/94, que consolidou o entendimento constante das Decisões nos 5.927/2006, 2.204/2007 e 2.571/2007, quanto à incorporação de vantagens com base no exercício de cargos/funções nas empresas públicas e/ou sociedades de economia mista do Distrito Federal; bem como substituir o abono de fl. 54 do Proc. GDF nº 082.005.731/95, observando os reflexos dos quintos incorporados; por conseguinte, elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 69 (Proc. GDF nº 082.006.462/97);
- o) **Thadeu Dantas Pimentel** (Proc. TCDF nº 17.374/2009): elaborar novo título de pensão, em substituição ao de fl. 88 (Proc. GDF nº 080.009.398/2007), a fim de considerar a proposta de diligência nº 10/2009 – GEAPO (fls. 102/103 – Proc. GDF nº 080.009.398/2007), haja vista que o total computado como cargo comissionado, no montante de 1.306 dias, reduz o percentual da então GRC da instituidora para 31,18%, consoante Lei nº 3.993, de 20/06/2007, vigente à época do óbito da instituidora (10/10/2007); bem como observar os reflexos no cálculo do benefício pensional no título de pensão e no SIGRH, atentando que o percentual e o valor atual da GARC deverão estar em consonância com a Lei nº 4.075/2007;
- p) **José Veloso dos Santos** (Proc. TCDF nº 23.043/2008): corrigir, no sistema SIGRH, o percentual dos proventos para 95%, consoante registrado no Demonstrativo de Tempo de Contribuição e abono provisório (fls. 28 e 37 – Proc. GDF nº 080.031.328/2007), observando os reflexos nas demais parcelas;
- q) **Francilina Costa de Sousa** (Proc. TCDF nº 16.195/2008): considerar a proposta de diligência do órgão de Controle Interno nº 76/2008 – GEAPO (fl. 31/33 – Proc. GDF nº 080.023.513/2007), haja vista que a servidora vem percebendo a

vantagem “Gratificação de Titulação” no percentual de 5%, com base no “certificado de treinamento de merendeira”, de fl. 28 do Processo GDF nº 080.023.513/2007, em desacordo com os critérios definidos na Portaria nº 233/2004 (cópia às fls. 94/95), que regulamentou a gratificação prevista no inciso V do artigo 19 da Lei nº 3.319/2004, que exige para sua percepção a carga horária mínima de 40h e tenha pertinência com as atividades desempenhadas pela servidora (Auxiliar de Educação/Portaria);

- r) **Elizaide Santos de Souza Ramos** (Proc. TCDF nº 30.559/2009): excluir, no sistema SIGRH, a parcela “GARC- Lei 4.075/2007”, haja vista que não consta no abono provisório tal parcela, bem como tendo em conta as informações de fls. 97/99 do Proc. GDF nº 080.009.583/2004), que noticiam o exercício de atividades não computáveis para fins de percepção da Gratificação de Atividade de Regência de Classe – GARC;
- s) corrigir a base de cálculo das gratificações GAZR e GAEE, de forma que os servidores da carreira Assistência à Educação, detentores da carga horária de 30h, sem ampliação de carga horária, percebam tal gratificação calculada sobre o vencimento básico inicial do Professor de Educação Básica ou PECMP sob carga horária de 20h;
- t) **Maria das Graças Alt Faria** (Proc. TCDF nº 1.117/99): adotar as providências necessárias para recontagem do tempo de contribuição, considerando o lapso temporal compreendido entre a demissão e a readmissão da interessada (01/01/80 a 26/07/85), com as devidas deduções legais, de forma a restabelecer a concessão de aposentadoria, após verificada a suficiência de requisito temporal. Finalizadas as providências, os autos deverão ser encaminhados ao TCDF para apreciação da legalidade do ato para fins de registro;
- u) acompanhar o desfecho final, com trânsito em julgado, da ADI nº 2010.00.2.010603-7, adotando as devidas providências pertinentes;

VIII. recomendar à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal que adote as seguintes providências:

- a) antes de encaminhar os processos, apreciados pela Corte de Contas na forma da Decisão nº 77/2007, ao arquivo, verifique a existência de possíveis propostas de diligência do órgão de Controle Interno, com reflexos no abono provisório, título de pensão e valores lançados no sistema SIGRH, haja vista que a equipe de auditoria deparou-se com irregularidades na folha de pagamento dos servidores inativos e pensionistas que poderiam ser sanadas pela simples aplicação de tal procedimento, o que viria a minimizar a ocorrência de prejuízo, seja ao erário, seja ao servidor inativo ou beneficiário de pensão;



- b) disponibilizar os processos relacionados nos Quadros II e V (fls. 107 e 110) para verificação do cumprimento das decisões em futura auditoria;
 - c) observar, quanto à incorporação de vantagens com base no exercício de cargos/funções nas empresas públicas e/ou sociedades de economia mista do Distrito Federal, o disposto na Decisão nº 6.054/2007, proferida nos autos do Processo nº 5.354/94, que consolidou o entendimento constante das Decisões nºs 5.927/2006, 2.204/2007 e 2.571/2007;
- IX. dispensar o ressarcimento dos valores recebidos a maior, por equívoco no cálculo da GAZR e GAEE, pelos servidores da carreira Assistência à Educação, que exercem carga horária de 30 horas, sem perceber a ampliação de carga horária, nos termos do Enunciado nº 79 das Súmulas de Jurisprudência do TCDF;
- X. apurar os valores porventura percebidos indevidamente pelos servidores ativos, inativos e pensionistas, em decorrência da presente fiscalização, para fins de ressarcimento, com exceção do item IX, observando os termos da Decisão nº 6.806/2007;
- XI. autorizar a remessa de cópia do presente relatório de auditoria à Secretaria de Estado de Educação para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.

À consideração superior.

Brasília, 8 de dezembro de 2010.

Jonato de Mesquita Silva
ACE - matr. nº 1318-8

Eduardo Frederico Castro Borges
ACE - matr. nº 1328-5